



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANADJA MICHELLY DOS SANTOS SOUZA

**PERCEÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM
UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL**

**CAMPINA GRANDE
2022**

ANADJA MICHELLY DOS SANTOS SOUZA

**PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM
UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Lígia de Aquino Gouveia

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729p Souza, Anadja Michelly dos Santos.
Percepção de estudantes sobre cuidados em saúde mental em uma escola pública rural [manuscrito] / Anadja Michelly dos Santos Souza. - 2022.
57 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Lígia de Aquino Gouveia, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Saúde mental . 2. Escola pública. 3. Contexto rural . I.

Título

21. ed. CDD 362.2

ANADJA MICHELLY DOS SANTOS SOUZA

**PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM
UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

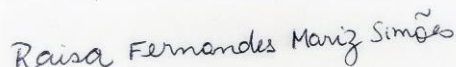
Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 30/11/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Maria Lígia de Aquino Gouveia (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Me. Raísa Fernandes Mariz Simões
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profª. Dra. Josevânia da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, referência de força, resiliência e amor;

A minha avó, que me ensinou sobre a potência transformadora dos encontros, da escuta e da gentileza;

Ao meu irmão, por me mostrar a importância de aprender e ensinar todos os dias,

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

É sabendo da impossibilidade de se construir um sonho sozinha, que tento retribuir, através destas palavras, todo o meu afeto, amor e gratidão aqueles que caminharam ao meu lado durante a minha jornada acadêmica: família, amigos e amigas, professores e professoras, colegas de turma, pacientes. A todas aquelas pessoas especiais que, em meio aos momentos de alegrias, tristezas, conquistas e dificuldades, se fizeram presentes, ensinando-me a crescer como pessoa e futura profissional, fazendo-me acreditar que posso ser sempre mais.

A minha mãe, Maria Rosinalva dos Santos Souza, referência de força, resiliência e amor, que desde a minha infância estimulou em mim a afeição por aprender, fazendo-me acreditar e esperar todos os dias através do exemplo de sua bondade, coragem e potência enquanto ser humano. Dedico o meu amor e a minha eterna gratidão.

A minha avó, Maria Bernadete dos Santos (*in memoriam*), a quem recorria, desde criança, nos momentos difíceis, em busca do seu afeto e segurança, e que me ensinou, com sabedoria, sobre a importância de ouvir, de ser paciente, de ser gentil e humana e de acreditar que é possível. Dedico o meu amor e a minha eterna gratidão.

Ao meu irmão, Arthur dos Santos Souza, que sempre se dispôs a me ensinar algo diferente a cada dia, mostrando-me que é necessário olhar para a mesma coisa por diferentes perspectivas, e estando presente nos momentos de necessidade, aconselhando-me e orientando-me.

Ao meu amigo-irmão, William Araujo Silva (*in memoriam*), que me ensinou sobre a importância de encontrar a alegria nas pequenas coisas do cotidiano e que tanto me ensinou sobre cultura; sendo uma das referências na formação da minha personalidade.

A minha tia, Luzia Araujo Silva, que esteve presente nos dias difíceis, sendo compreensão e ajuda. Serei sempre grata.

A minha amiga Nathalia de Sousa Biró e a sua família, por terem me acolhido em sua casa para que eu pudesse estudar, dando-me apoio e confiança. Serei sempre grata.

A minha amiga Catarina Maria Félix de Queiroz e a sua família, que sempre se mostraram abertos a ajudar-me nos momentos de dificuldade. Agradeço em especial a Maria Aparecida Félix da Silva Queiroz e a Raimundo Nonato de Queiroz (*in memoriam*), pessoas que, devido às suas histórias, me ensinam sobre a importância de se dedicar ao outro.

Aos meus amigos, Jailson Lourenço de Pontes e Felipe Henrique Fernandes, que me acolheram, escutaram e apoiaram ao longo deste percurso, tornando os meus dias difíceis

mais leves, através de encontros, compartilhamentos e aprendizados, como amigos e pessoas que, juntos, estão se construindo.

A professora e doutora Maria Lígia de Aquino Gouveia, que despertou, ainda mais, o meu interesse pela área da educação, quando mudou a minha percepção acerca da psicologia escolar, através da oportunidade que tive de ser sua aluna na cadeira de Psicologia e Educação II, bem como por todo apoio, acolhimento, aprendizado, atenção e compreensão durante toda construção deste trabalho.

A todos os professores e professoras do curso de Psicologia da UEPB, dos quais tive o privilégio de ser aluna, e que me fizeram acreditar ainda mais na educação como ferramenta transformadora do homem e do mundo.

A Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal da cidade de Ingá-PB, na pessoa da secretária Walbênia da Silva Andrade, por ter concordado e possibilitado a realização da pesquisa na escola pública rural.

A gestão escolar da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, na qual a pesquisa aconteceu, por ter acolhido a minha proposta com tanta felicidade e ter intermediado todas as comunicações para que a pesquisa pudesse ser realizada.

A todos os estudantes da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, que participaram da pesquisa, por terem acolhido e apoiado a proposta, sendo tão cuidadosos e dedicados em todos os momentos ao longo do nosso encontro. Agradeço imensamente pela oportunidade de ter partilhado uma tarde de diálogo, aprendizado e escuta com todos.

A todos os professores e outros funcionários da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, na qual a pesquisa foi realizada, por terem me ajudado e me recebido com consideração, apoio e cuidado.

A todos os amigos do curso de Psicologia da UEPB e futuros companheiros de profissão, por todo aprendizado, encontros, cuidados e afetos compartilhados ao longo desta jornada acadêmica. Levarei cada um em meu coração, com carinho e admiração.

A todos os meus queridos pacientes que, durante o estágio na Clínica Escola de Psicologia da UEPB, reafirmaram, ainda mais, o meu acreditar no potencial transformador da escuta, fazendo-me crescer como ser humano e futura profissional.

Finalizo os meus agradecimentos com um trecho de Paulo Freire, a respeito da importância de esperar, para que os meus e eu nunca nos esqueçamos que, cada sonho se constrói e se realiza, pois, antes, durante e até mesmo depois da sua concretização, este foi acreditado, esperançado, em um movimento constante de se levantar, de ir atrás, de juntar-se a outros e de não desistir.

Por isso, “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” (Paulo Freire).

Agradeço a todos que esperaram ao meu lado!

“Escola é o lugar que se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos. Escola é, sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, que alegra, se conhece, se estima”.

(Fragmento do poema “A Escola é” do educador Paulo Freire)

RESUMO

O conceito de saúde mental é atravessado por dimensões psicológicas, biológicas, culturais e sócio-históricas, indo além da ausência ou presença de doenças mentais. A saúde mental pode ser dialogada nos mais diversos contextos sociais, incluindo o espaço escolar, que se apresenta como sendo um espaço de potencialidades criativas, criadoras e transformadoras do ser humano e do mundo. Especificamente no contexto rural, a escola é marcada por singularidades e particularidades, o que torna importante pesquisas nesse campo. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar como estudantes percebem as formas de cuidados em saúde mental em uma escola pública, localizada na zona rural do município de Ingá - PB. Participaram desse estudo 21 estudantes do nono ano do Ensino Fundamental II. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de campo, de caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados ocorreu de forma presencial, através da aplicação de um questionário aberto, contendo os seguintes eixos temáticos: *“Realidade da escola no contexto rural”*; *“Conceito de saúde mental”*; *“Formas de cuidado em saúde mental na escola rural”*; *“Dificuldades de acesso ao cuidado em saúde mental na escola rural”*; *“Atividades que gostariam que existissem na escola como formas de cuidados em saúde mental”*. Foi solicitado aos estudantes que citassem três palavras que, na percepção deles, estariam associadas a cada questão/eixo temático apresentado. A proposta baseou-se no método freiriano de palavras geradoras, entendidas como as unidades básicas do universo vocabular do educando, com capacidade de retornarem em ações transformadoras no mundo. As respostas foram submetidas à análise de conteúdo de Bardin (2016). Nos resultados, os estudantes apresentaram como sendo as principais formas de cuidado em saúde mental na escola o *diálogo*; *os vínculos entre professores, colegas e gestão escolar*; *as atividades físicas e as metodologias ativas de ensino*. Sobre o acesso a cuidados em saúde mental na escola, os educandos apontaram *dificuldades individuais ligadas a questões emocionais e de aprendizagem*; *desrespeito na escola*; *falta de profissionais da psicologia*; *ausência de diálogo e problemas metodológicos*. Com relação às atividades que os estudantes gostariam que tivessem na escola como formas de cuidados em saúde mental, estes indicaram *metodologias ativas*; *brincadeiras*; *atividade física*; *atividades extracurriculares*; *psicólogos disponíveis*; *diálogo e mais merenda*. Os resultados corroboram com a literatura a respeito da importância da afetividade na aprendizagem, da educação física escolar e do uso das metodologias ativas na escola.

Palavras-chave: saúde mental; escola pública; contexto rural.

ABSTRACT

The concept of mental health encompasses psychological, biological, cultural, and socio-historical dimensions that goes beyond the presence or absence of mental illness. We can discuss mental health in various social contexts, including school, which presents as a space of creative potential, creators, and transformers of people and the world. Especially in a countryside context, the school is characterized by peculiarities and specificities, making research in this area relevant. In this sense, this research aims to analyze how students perceive forms of mental health care in a public school in the rural area of Ingá - PB. Twenty-one ninth-grade students from Middle school participated in this study. This research we can describe as qualitative, exploratory, descriptive, and "field research." Data collection was done in person through the application of an open-ended questionnaire that included the following topics: 'reality of school in rural context' 'concept of mental health, 'forms of mental health care in countryside schools' 'difficulties in accessing mental health care in rural schools, 'activities that should exist in school as forms of mental health care. The students named three words they thought could be associated with each question/topic presented. This proposal was based on the Freirian method of generative terms, understood as basic units of the student's vocabulary universe that can return to transformative actions in the world. The answers we analyze are to the content analysis of Bardin (2016). In the results, students cited dialogue as the most important form of mental health care in school; connections between teachers, peers, and school leadership; physical activities; and active teaching methods. In terms of access to mental health care in school, students pointed to individual difficulties related to emotional and learning problems, disrespect in school, lack of psychologists, lack of dialogue, and methodological problems. From the data collected, it is noteworthy that the type of activities those students would like to see as forms of mental health care in school mentioned active methods, more play time, physical activities, extracurricular activities, available psychologists, dialogue, and more food. The results confirm the literature on the importance of affectivity in learning, school sports, and the using active methods in school.

Keywords: mental health; public school; countryside context.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo geral	12
2.2	Objetivos específicos	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Conceito de saúde e saúde mental	13
3.2	Saúde Mental e Adolescência	14
3.3	Escola Pública Rural como espaço de promoção do cuidado em saúde mental ...	18
3.4	Os contextos rurais e urbanos a partir de diferentes perspectivas	21
4	METODOLOGIA	24
4.1	Caracterização do estudo	24
4.2	Local do estudo	24
4.3	Participantes	24
4.4	Instrumento de coleta de dados	25
4.5	Coleta dos dados	25
4.6	Análise dos dados coletados	26
4.7	Aspectos éticos	27
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	50
	ANEXO A – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	52

1 INTRODUÇÃO

O conceito de saúde mental é atravessado por dimensões subjetivas, biológicas, culturais e sócio-históricas (JESUS, 2019). O conceito de saúde engloba, portanto, uma diversidade de perspectivas, perpassando, ao longo da história, uma visão mágico-religiosa, uma concepção reducionista (saúde como ausência de doença), até a atual concepção abrangente de saúde, que abarca aspectos biológicos, sociais e psicológicos (SCLIAR, 2007).

Além de diversas concepções de saúde mental, os contextos sociais levantam discussões particulares sobre essa questão. Na última década, a discussão da saúde mental na escola tem se evidenciado. Inúmeras questões têm se colocado sobre aqueles que compõem as comunidades escolares. Demandas em torno da saúde mental de professores (TOSTES et al., 2018), gestores e equipe técnica (BAASCH et al., 2017) e estudantes (CARVALHO et al., 2011) têm se apresentado. O presente estudo abordará a temática da saúde mental na escola na perspectiva de estudantes, particularmente, estudantes de uma escola rural.

O contexto rural é marcado por singularidades, particularidades e potencialidades, e poucos estudos são realizados sobre saúde mental no contexto rural (DIMENSTEIN et al., 2017). Torna-se, portanto, de extrema importância, pesquisas nas comunidades rurais para conhecimento dessas particularidades e desenvolvimento de políticas públicas. Nessa perspectiva, o presente estudo teve por objetivo analisar a percepção de estudantes adolescentes, do ensino fundamental, de uma escola pública no contexto rural, sobre a temática da saúde mental.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar como estudantes de uma escola pública rural percebem as formas de cuidados em saúde mental na escola.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar como os estudantes percebem as formas de cuidado em saúde mental ofertados na escola;
- Verificar como os estudantes percebem o acesso a atenção e cuidado em saúde mental na escola;
- Analisar o que, na percepção dos estudantes, seriam atividades que desejariam que existissem na escola como formas de cuidado em saúde mental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceito de saúde e saúde mental

O conceito de saúde e saúde mental abarca uma discussão complexa e profunda que está permeada por um conjunto de aspectos culturais e sociais, bem como por acontecimentos e mudanças históricas (GAINO et al., 2018). Foi a partir de 1946 que se adotou o conceito de saúde divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO, 1946), compreendido como “(...) um estado de completo bem estar físico, mental e social; e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade”. Entretanto, tal conceito acarretou uma série de críticas em torno da perspectiva de saúde como um “completo bem estar”, uma vez que este se torna inalcançável perante as limitações humanas e ambientais.

Devido às críticas ao conceito de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), além de mudanças sociais, políticas e econômicas, refletidas, inclusive, no sistema de saúde nacional, viu-se a necessidade de rever o paradigma de saúde, passando esta a ser vista como um produto das condições sociais ou de vida das populações. Como resultado desse processo, a concepção de saúde passou a abarcar uma perspectiva mais complexa, englobando princípios como: a universalidade do acesso à saúde e a integralidade e a equidade no cuidado; sendo consideradas as múltiplas dimensões (biológica, psicológica e social) que estão implicadas no conceito de saúde (GAINO et al., 2018). A saúde deve ser vista como um processo complexo e qualitativo que abrange a funcionalidade integral do indivíduo (ALMEIDA, 1998).

Nota-se que a complexidade percebida no conceito de saúde não difere, portanto, da complexidade do termo “saúde mental”. Essa reflexão está fortemente vinculada ao processo de construção sócio-histórica acerca da desordem ou doença mental. O que seria a desordem mental? Seria, talvez, o oposto de saúde mental?. Segundo Amarante (2007), a saúde mental não pode ser limitada à semiologia, a psicopatologia, ou reduzida ao estudo e tratamento das doenças mentais.

O conceito de saúde mental vem marcado por um viés complexo em torno da divisão dos conceitos de “normal” e “patológico”. A loucura ou “doença mental”, não é um objeto natural, tomando contornos distintos através da relação da sociedade com a loucura ou com o louco (PROVIDELLO; YASUI, 2013).

Outro sentido está vinculado à concepção de “sadio”, “normal”, com um estado de “bem estar mental”. Pode-se pensar em saúde mental como “(...) um campo (ou uma área) de conhecimento e de atuação técnica no âmbito das políticas públicas” (AMARANTE, 2007).

Ainda é possível pensar saúde mental como

“(...) um estado de bem estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para a sua comunidade” (OMS apud GAINO et al., 2018, p. 110).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (WHO/OMS, 2001 apud JESUS, 2019), o conceito de saúde mental, além de apresentar à dimensão social, biológica e psicológica, traz questões de ordem individual como a capacidade de autonomia, bem estar subjetivo, auto-realização emocional e intelectual, bem como a auto-eficácia; perspectiva da qual compactua com o conceito exposto acima. Além disso, a saúde mental está relacionada às condições de vida de uma dada população, englobando renda e emprego, acesso aos serviços de saúde mental, assistência social, educação e trabalho (WHO/OMS, 2013 apud DANTAS et al., 2020). A saúde mental não se reduz apenas ao nível individual/subjetivo, mas se relaciona também ao acesso a direitos básicos à vida humana, isto é, a nível social/econômico (DANTAS et al., 2020). Assim, ao tratar do tema na perspectiva de adolescentes no contexto escolar, faz-se necessário abordar a saúde mental na adolescência.

3.2 Saúde Mental e Adolescência

Antes de se discutir a respeito da saúde mental relacionando-a com o período da adolescência, se faz necessário pensar sobre o que é a adolescência, ou melhor, como esta se constituiu ao longo do tempo. Em termos de definição, a adolescência é uma transição entre a infância e a vida adulta que se mostra marcada por particularidades e mudanças biopsicossociais, apresentando-se de forma variada conforme a cultura e/ou sociedade (PAPALIA et al., 2013).

Nesta perspectiva, considera-se que os adolescentes compõem um grupo social diversificado, com gostos, valores e atitudes distintas, havendo “(...) diversos mundos e diversas formas de ser adolescente” (SERRA, 1997, p. 29 apud SCHOEN-FERREIRA et al., 2010). Segundo Schoen-Ferreira et al. (2010, p. 228), a palavra “adolescência” deriva do latim *adolescere*, que significa crescer. Essa fase do desenvolvimento humano, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), compreende a segunda década da vida, isto é, dos

10 aos 19 anos, diferentemente do que é posto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que compreende o adolescente como estando na faixa etária dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 2007).

De modo geral, quando se pesquisa a respeito da definição de adolescência, nota-se a existência das diferentes contribuições/perspectivas de teóricos da Psicologia e de outras ciências que se debruçaram no estudo de tal fenômeno ao longo da história. Inicialmente, é possível apontar as contribuições da psicanálise quanto ao conceito de adolescência e abordar, no início do século XX, com Stanley Hall, a introdução da adolescência como objeto de estudo da Psicologia (BOCK, 2007, p. 64).

De acordo com Bock (2007) a adolescência, no início dos seus estudos, é posta como uma fase natural do desenvolvimento humano, caracterizada como universal e abstrata, sendo também “(...) percebida como uma fase difícil, uma fase do desenvolvimento, semi-patológica, que se apresenta carregada de conflitos “naturais”” (BOCK, 2007). Ainda hoje, quando se pensa em adolescência, notam-se resquícios de tal concepção.

Em contraposição a isso, a perspectiva sócio-histórica compreende a adolescência como uma construção social. Isso significa que, no pensamento sócio-histórico, a adolescência não é percebida como uma etapa natural do desenvolvimento, mas sim, como um fato construído e significado pelos homens ao longo da sua própria história e em relação com o mundo, havendo, em decorrência disso, as devidas repercussões na subjetividade humana (BOCK, 2007).

Conforme Bock (2007), a abordagem sócio-histórica, ao se debruçar no estudo do fenômeno da adolescência, não questiona “O que é a adolescência?”, mas, “Como se constituiu historicamente esse período do desenvolvimento?”. Tal concepção se opõe, portanto, a uma visão liberal do homem, no qual este é visto a partir de uma noção de natureza humana. Bock (2004), baseada na concepção sócio-histórica de Leontiev, aborda o homem a partir de uma visão dialógica, descrevendo que o homem, intervindo no mundo material, isto é, sobre os objetos concretos, humaniza o mundo e, de forma dialógica, humaniza a si mesmo, adquirindo habilidades e conhecimentos que se cristalizam.

É preciso apontar que ao abordar a adolescência alicerçada em uma perspectiva sócio-histórica não se ignora ou se exclui a existência/influência dos fatores biológicos no processo de desenvolvimento humano, no entanto, considera-se que tais fatores biológicos ou marcas no corpo não constituem a adolescência como um fato natural, uma vez que tais marcas são também significadas e interpretadas pelos homens (BOCK, 2007). É possível diferenciar,

inclusive, os termos “adolescência” e “puberdade”, apesar de ambos coincidirem e se influenciarem, como apontado por Schoen-Ferreira et al. (2010).

Segundo Kaline e Laufer (1974 apud SCHOEN-FERREIRA et al., 2010), a adolescência configura-se como o segundo grande salto para a vida, havendo uma busca por autonomia ou um direcionamento para si mesmo, como ser individual. A puberdade, por outro lado, vincula-se aos fenômenos fisiológicos, que englobam as mudanças corporais e hormonais, enquanto a adolescência constitui-se como uma etapa abrangente que diz respeito aos fenômenos psicossociais desse processo.

Considera-se, a partir da perspectiva sócio-histórica, que a percepção da existência da adolescência no processo de desenvolvimento nem sempre existiu ao longo do tempo, especificamente antes das sociedades pré-industriais, uma vez que se associava a concepção de “pessoa adulta” ao amadurecimento físico ou ao ingresso na vida profissional. Atualmente, nota-se que a entrada na vida adulta é menos definida e mais tardia, devido ao aumento do processo educacional e do preparo profissional dos jovens (PAPALIA et al., 2013).

Demonstra-se que o fenômeno da adolescência se constituiu a partir de acontecimentos sociais, históricos e culturais. De acordo com Adélia Clímaco (1991 apud BOCK, 2007), a ideia de adolescência começou a surgir a partir das transformações sociais oriundas das revoluções industriais, nas quais trouxeram como consequência, a sofisticação do trabalho, sendo exigido um maior tempo de formação, adquirida na escola. Tal fato possibilitou, portanto, um prolongamento do afastamento dos jovens do mercado de trabalho e, conseqüentemente, um aumento do tempo desses jovens nas escolas, levando-os a uma maior aproximação com os grupos de iguais.

Não se pode negar, contudo, que a adolescência engloba um período de mudanças físicas, cognitivas e sociais, além de se apresentar como uma etapa marcada por oportunidades de crescimento e desenvolvimento de potencialidades, habilidades, autonomia, autoconhecimento e autoestima (PAPALIA et al., 2013). Conforme Schoen-Ferreira et al. (2010), a adolescência é um período de transformações que repercutem não somente no adolescente, mas em toda a família e comunidade. Isso exige, portanto, a necessidade de políticas públicas adequadas para intervir junto a esse grupo social, bem como orientações adequadas a pais e educadores de como agir, ajudar e orientar o público adolescente frente aos desafios que surgem.

Sabe-se que o surgimento dos problemas de saúde mental em crianças e adolescentes incluem diversos fatores, compreendendo aspectos biológicos, sociais e psicológicos (FATORI DE SÁ et al., 2010). No entanto, torna-se importante considerar os fatores de risco

à saúde mental desse público. Segundo Fatori de Sá et al. (2010), fatores de risco podem ser compreendidos como uma característica, acontecimento ou evento que aumente a probabilidade de um determinado desfecho quando comparada com populações não expostas, constituindo-se, portanto, como um grupo de maior vulnerabilidade.

Em um levantamento bibliográfico acerca das pesquisas nacionais relacionadas aos fatores de risco à saúde mental de crianças e adolescentes, foram encontrados alguns fatores como a pobreza, a violência familiar, os problemas de saúde mental em pais/cuidadores, a criança/adolescente ser do gênero masculino, o consumo de álcool e outras drogas por parte das crianças, as reações maternas inadequadas (gritar, bater, punir severamente) em situações de mau comportamento das crianças/adolescentes e, novamente, o baixo nível socioeconômico das famílias (FATORI DE SÁ et al., 2010).

Segundo Papalia et al. (2013), a adolescência é um período que envolve riscos contextuais como o uso e abuso de álcool e outras drogas, o aumento nas taxas de homicídio, acidentes e suicídios, sendo aspectos, portanto, que colocam em risco o bem-estar físico e psicológico dos adolescentes. No entanto, tal fato não deve ser colocado como responsabilidade inteiramente das famílias e adolescentes, sendo visto de forma naturalizada e individualizada, ou posta como problemas surgidos em decorrência de “conflitos naturais” ou “bobagens da idade”.

Torna-se necessário, portanto, não excluir a importância da construção de políticas públicas adequadas a esse público, bem como o acesso a uma qualidade de vida digna. Em concordância com Bock (2007), é importante que a Psicologia teça críticas em torno das visões naturalizantes acerca da adolescência, buscando não contribuir com posicionamentos/atitudes que visam responsabilizar, através de uma perspectiva individualizante, os jovens e as suas famílias por questões de fundo social.

O sofrimento psíquico em crianças e adolescentes pode ser expresso de diversas formas, como o desenvolvimento de quadros depressivos, de transtornos de ansiedade, de transtornos alimentares e de transtornos vinculados ao uso e abuso de álcool e outras drogas (SILVA et al., 2019). Segundo Papalia et al. (2013), a prevalência de quadros depressivos aumentam na adolescência, tendo 9% de adolescentes entre 12 a 17 anos experimentado pelo menos um episódio de depressão maior. Como fatores de risco para quadros depressivos é possível apontar a presença de quadros ansiosos, o medo do contato social, eventos estressantes, doenças crônicas, conflitos familiares, abuso ou negligência, uso de álcool e outras drogas ou histórico familiar de depressão.

Estudos acerca de alguns transtornos alimentares apontam que, em países ocidentais, 0,3 a 0,5% de meninas e mulheres jovens e uma porcentagem menor de meninos e homens são afetados por quadros de anorexia nervosa, enquanto a bulimia nervosa atinge aproximadamente 1 a 2% de populações no mundo todo. No que se refere ao uso e abuso de álcool e outras drogas estima-se que cerca de 6% dos adolescentes com idades de 12 a 17 anos necessitam de tratamento para o uso/abuso de álcool e 5% para o uso/abuso de drogas ilícitas. Além desses problemas vinculados à saúde mental de crianças e adolescentes, pode-se apontar a morte na adolescência, expressa através de homicídios, acidentes e suicídios como um aspecto preocupante (PAPALIA et al., 2013).

Conforme apontado por Papalia et al. (2013), nos Estados Unidos, 63% de todas as mortes de adolescentes são motivadas por acidentes de automóveis, outros ferimentos não intencionais, homicídio e suicídio. Percebeu-se que, em 2004, a taxa de suicídio voltou a subir 8%, após queda de 28% entre 1990 e 2003, com maior taxa de suicídio entre meninas adolescentes. Ainda de acordo com a autora, os adolescentes que idealizam, tentam ou efetivam o suicídio tendem a ter históricos de transtornos psicológicos, sendo mais propensos a serem perpetradores ou vítimas de violência, além de apresentarem problemas em diversas áreas da vida, como a escola, a família e os amigos.

Por isso, torna-se importante a criação de ações, políticas e formas de intervenção que tenham como objetivo a saúde mental da criança e do adolescente (BENETTI et al., 2007). Sabendo disso, a escola se apresenta como uma ferramenta potente para a criação de espaços que visem à promoção de diálogos em torno da temática da saúde mental e da construção de redes de apoio à criança e ao adolescente, tendo em vista que uma parcela do cotidiano deste público é vivido dentro do espaço escolar.

3.3 Escola Pública Rural como espaço de promoção do cuidado em saúde mental

Dentro da temática da saúde mental percebe-se que, apesar de sua complexidade, esta pode ser discutida em diversos contextos, especialmente nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação, devido à proximidade que esses locais podem possibilitar com as comunidades e os diferentes grupos sociais. Em decorrência disso, a escola aparece como um espaço privilegiado para a criação de diálogos e compartilhamentos em torno de diversas temáticas, dentre estas, a saúde mental.

O ambiente escolar vincula-se a produção e a socialização dos mais variados saberes, através do processo de inter-relação com o outro, e possibilita o desenvolvimento da identidade, a promoção de valores pessoais e sociais e a construção de cidadania (SCHRAM; CARVALHO, 2015). Segundo Brandão (2017), a educação, vista enquanto produto do homem e parte da cultura está presente em todos os espaços sociais (igrejas, rua, casa, escolas) de forma livre. Contudo, foi a partir da sistematização desses saberes livres e presentes nas comunidades que a escola e todo o sistema escolar começaram a criar corpo e forma.

É importante considerar que a escola é um lugar rico em beleza e em vida, esta que acontece na dinâmica cotidiana e, devido a isso, não pode ser reduzida somente a um espaço físico. É, antes de tudo, um espaço de relações sociais, onde se encontra amizades, afetos e diálogos compartilhados, não sendo, por isso, “(...) só um lugar para estudar, mas para se encontrar, conversar, confrontar-se com o outro, discutir, fazer política” (GADOTTI, 2007, p. 12).

Entendida como uma instituição social, a escola é produto e produtora da sociedade, estando, portanto, intimamente relacionada a esta. Em virtude disso, a escola se define, se mantém e se transforma a partir da rede de relações que estabelece com todas as esferas sociais (outras escolas, famílias), isto é, com as populações ou as comunidades em geral. Desse modo, a escola aparece como uma instituição social capaz de manter ou de transformar a sociedade (GADOTTI, 2007).

Compreendendo esta relação, a escola, baseada em uma perspectiva freiriana, se apresenta como um espaço de potencialidades criativas, criadoras e transformadoras do homem e do mundo. Por isso, a escola tem, em sua essência, a função social de mudar a realidade concreta. Contudo, a perspectiva freiriana coloca que esta mudança só pode ser vislumbrada através de teorias e ações pedagógicas que privilegiem e utilizem o diálogo como instrumento de desvelamento e transformação da sociedade (OLIVEIRA; SOUZA, 2021).

De acordo com Freire (1987), o diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando na relação eu-tu. O diálogo, enquanto um fenômeno essencialmente humano está pautado na palavra, esta que é composta por duas dimensões: ação-reflexão, nas quais, solidariamente, interagem e se influenciam. É, pois, a partir da pronúncia das palavras, ou seja, do encontro, em que os homens, de forma solidária, refletem e agem que é possível criar, recriar e transformar o mundo.

Conforme Freire (1987), o diálogo, visto como o encontro entre os homens para serem mais, deve fundamentar-se em valores humanos, como o amor, a humildade, a esperança e a

fé nos homens que, em conjunto, irão possibilitar um diálogo verdadeiro, direcionado a atos de liberdade, representados na conscientização e na transformação da realidade concreta. Desse modo, o diálogo torna-se inviável quando este se distancia dos valores humanos e do pensar certo ou verdadeiro, isto é, crítico.

O diálogo constitui-se, assim, como uma exigência existencial no momento em que se torna o caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Segundo Freire (1997), a educação é um quefazer essencialmente humano, isto significa que se dá entre os homens, uns com os outros, mediatizados pelo mundo. Em sua concepção, devem-se educar as classes populares para a liberdade, assumindo a educação como parte de um processo de humanização, ou seja, um meio pelo qual o homem se torna cada vez mais homem.

Assentado em tal perspectiva, o educador problematizador irá abordar o homem-pessoa, compreendendo-o enquanto um sujeito histórico, passível das mudanças sócio-históricas, e no qual tem como vocação a transformação do mundo, entendendo que a educação é um processo de estímulo à criatividade humana. Em contraposição, o educador bancário irá enxergar o homem-objeto, adaptável ao meio, percebendo o processo educativo como um ato de “depositar” informações (FREIRE, 1997).

Torna-se imprescindível, portanto, na prática ou ação educativa baseadas na perspectiva problematizadora, a presença de condições que possibilitem aos educandos ensaiarem a experiência de assumir-se. Experiência que implica em “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p. 22).

A partir disso, o educando deve ser convocado a refletir, a inquietar-se, a criar e a transformar a sua realidade. O educando deve ser visto como um sujeito que é essencialmente histórico e, por isso mesmo, inacabado, que está sendo, que está aprendendo constantemente com os outros e com o mundo. Entretanto, este deve ser visto como um ser que, quando chega ao espaço escolar, também traz consigo saberes socialmente construídos, dos quais devem ser respeitados (FREIRE, 1996).

Sabendo disso, a perspectiva freiriana aborda a importância de considerar a existência dos diversos saberes que são construídos e compartilhados socialmente, e coloca a educação como produto e produtora da cultura, trazendo a escola como este espaço de compartilhamentos, de esperanças, de vivências, de promoção ao diálogo, de conscientização dos homens e de transformação social (FREIRE, 1987).

Entendendo a escola a partir de tal perspectiva transformativa, percebe-se que esta, fundamentada no diálogo, torna-se um espaço potente e possível a transformação do mundo,

podendo ser usada como ferramenta de promoção à discussão de diversas temáticas, entre estas, a saúde mental.

Tendo isso em vista, torna-se viável, portanto, utilizar-se desse ambiente para compreender a realidade da escola rural e promover a percepção dos atores presentes no contexto escolar acerca do acesso a cuidados em saúde mental como um direito. Isso perpassa, aliás, um processo de conscientização da realidade social e histórica acerca das condições de vida de pessoas que vivem em comunidades das quais, historicamente, estiveram à margem, excluídas do acesso a direitos básicos, como é o caso das populações de contextos rurais.

3.4 Os contextos rurais e urbanos a partir de diferentes perspectivas

Quando se pesquisa acerca das comunidades rurais, encontram-se estudos em torno das categorias rural-urbano, campo-cidade, que se iniciaram e se intensificaram, em meio acadêmico, a partir do século XX, almejando compreender as características que definem cada um desses espaços sociais, através das contribuições da Sociologia, da Economia e da Geografia (BISPO; MENDES, 2012). Tais categorias perpassam diferentes concepções que foram surgindo ao longo do tempo, em decorrência do aprofundamento dos estudos direcionados a essa temática, e como forma de responder às transformações ocorridas em cada contexto (rural-urbano, campo-cidade) em decorrência de mudanças sociais da contemporaneidade.

Conforme Rosa (2005), em virtude das transformações da sociedade contemporânea, tornou-se ainda mais dificultoso para os estudiosos a conceituação e a caracterização de cada contexto (rural e urbano). Aponta-se que, por um período de tempo, tinha-se a predominância da perspectiva dicotômica, em que os contextos rurais e urbanos foram entendidos enquanto dimensões ou realidades totalmente opostas, diferentes. Devido a isso, os estudiosos não se preocupavam com a relação entre ambos os espaços (rural-urbano, campo-cidade), vendo-os como diferentes e contraditórios (SOUZA; MAIA, 2020).

Com base em tal concepção, tais realidades foram caracterizadas e/ou compreendidas através das diferenças ambientais e dos aspectos ligados aos modos de vida de cada população. Por isso, alguns estudiosos passaram a utilizar critérios de diferenciação como forma de especificar cada contexto (rural e urbano), apontando os seguintes aspectos: diferenças ocupacionais, ambientais (contato com a natureza), populacionais (densidade,

tamanho, heterogeneidade ou homogeneidade das populações), de mobilidade, integração, diferenciação, estratificação e complexidade social (BISPO; MENDES, 2012).

Acerca dessas diferenciações, em termos de ocupação, os estudiosos da perspectiva clássica passam a considerar que a sociedade rural, diferente da sociedade urbana, tem a agricultura como principal meio de subsistência e que o trabalho tende a ocorrer ao ar livre. Sobre as diferenças de tamanho entre as populações, considerou-se que as comunidades rurais tendem a ser menores e a possuírem uma densidade populacional mais baixa em comparação com as comunidades urbanas, além de serem comunidades mais homogêneas, com menor estratificação e complexidade social, tendo similaridades de linguagens, crenças, opiniões e padrões de comportamento (BISPO; MENDES, 2012).

Durante a história, ambos os termos, “rural” e “urbano” se apresentaram marcados por contradições e elementos do imaginário popular, em que o rural aparece vinculado a ideia pejorativa de atraso, arcaico, rústico, enquanto o urbano se mostra relacionado à ideia de civilidade, fineza e modernidade (KIELING; SILVEIRA, 2015). Hoje, já não se consideram o rural e o urbano como dois mundos totalmente distintos e separados, em que de um lado se encontra o mundo moderno, avançado, e, do outro, se localiza o mundo arcaico, rústico.

Segundo Rosa (2005), se percebe que as características do rural e do urbano se contrastam e se misturam no ambiente. Atualmente, se utiliza o termo “*continuum*” como forma de “(...) ressaltar as permanências e as transformações sofridas pelas comunidades rurais a partir da influência do modo de vida urbano” (SOUZA; MAIA, 2020, p. 43). Esse termo vem sendo usado a partir de diferentes vertentes, que percebem uma integração entre as formas de vida e de trabalho rurais e urbanas.

Como observado por Souza e Maia (2020), a primeira vertente do “*continuum*” urbano – rural aponta que a urbanização irá tomar conta de todos os modos de vida rurais, havendo uma “total urbanização do campo”. Em contrapartida, a segunda vertente utiliza o termo “*continnum*” para explicar espaços intermediários entre o campo e a cidade que, mesmo não sendo urbanizados, ainda carregam fortes elementos urbanos, os quais trouxeram mudanças sociais, econômicas e espaciais.

Outra perspectiva considera a expansão do urbano sobre o rural e os processos de transições sofridos pelas comunidades rurais, mas defende que tais transformações não eliminam as características particulares de cada espaço (rural e urbano) (SOUZA; MAIA, 2020). Desse modo, como apontado por Queiroz (1978 apud ROSA, 2005), tanto o rural quanto o urbano ainda mantêm algumas diferenças e particularidades que são próprias de cada contexto.

Desse modo, são percebidas, em síntese, três tendências diferentes em torno das discussões acerca das realidades rurais e urbanas: a primeira compreende o rural e o urbano como duas realidades opostas, dicotômicas, a partir de uma perspectiva clássica, na qual diferencia os modos de vida de cada população; a segunda aponta para a perda da “dicotomia” entre ambas as realidades, compreendida como “*continuum*” rural-urbano a partir da hegemonia do modo de vida urbano sobre o rural. A terceira vertente utiliza o termo “*continuum*” levando em conta que existem semelhanças e contínuas aproximações entre os modos de vida urbanos e rurais, entretanto, busca ressaltar que cada contexto guarda as suas próprias particularidades (DANTAS et al., 2020).

Sabe-se que, ao se pensar em qualquer população, devem-se considerar quais são as condições e os modos de vida daquela dada comunidade, especialmente quando se pensa em saúde mental, uma vez que, como apontado, esta se relaciona não somente a capacidades pessoais e/ou subjetivas, mas também ao acesso a políticas públicas sociais, a condições de renda e geração de emprego, isto é, a qualidade de vida em geral. Ao se considerar as populações rurais, estas são percebidas como heterogêneas, singulares, e estão permeadas por vulnerabilidades sociais relacionadas a relações sociais desiguais (DANTAS et al., 2020).

E, quando se trata das populações rurais, deve-se considerar que as vulnerabilidades vinculadas às condições de vida se agravam devido à precariedade e a pobreza que são historicamente vivenciadas por essas populações (DANTAS et al., 2020), das quais, em algumas circunstâncias, são excluídas de oportunidades de emprego e vivenciam as dificuldades do acesso integral e contínuo a serviços e a profissionais da área da saúde. Por fim, torna-se importante considerar, como destacado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2010 apud DANTAS et al., 2020), a relação existente entre os problemas de saúde mental e as vulnerabilidades sociais, haja vista que a saúde está diretamente relacionada a aspectos físicos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização do estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de campo, de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Minayo (2001, p. 14 apud FONSECA, 2002), a pesquisa qualitativa busca trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes das comunidades e pessoas (GIL, 2002).

4.2 Local do estudo

A pesquisa aconteceu presencialmente, em uma Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, localizada na zona rural da cidade de Ingá – PB.

4.3 Participantes

Participaram do estudo 21 estudantes adolescentes de uma escola pública rural. Decidiu-se restringir a pesquisa ao público adolescente, visto que este, assim como outros grupos sociais, está submetido a fatores de risco ao sofrimento psíquico, uma vez que a adolescência vem marcada por mudanças que lhe são próprias do período de desenvolvimento, atrelada a riscos contextuais (PAPALIA, 2013). De acordo com Benetti (2007), tais aspectos corroboram com a importância da criação de ações, políticas e formas de intervenção que tenham como objetivo a saúde mental da criança e do adolescente.

A participação na pesquisa se deu de modo voluntário, de acordo com a disponibilidade e o desejo dos estudantes. Foram incluídos na pesquisa os estudantes que se encontram no 9º ano do Ensino Fundamental II. Não foi possível abranger a coleta de dados para outras turmas, devido às limitações, como: I. Quantidade acentuada de estudantes por turma; II. Necessidade de uma quantidade maior de recursos a serem utilizados durante a aplicação da pesquisa. O 9º ano é composto por estudantes que se encontram com a faixa etária igual ou superior aos quatorze anos de idade. Como critério de inclusão na pesquisa, considerou-se o fato dos estudantes do 9º ano, em sua totalidade, estarem em uma faixa etária mais avançada em comparação com estudantes de outras turmas do ensino fundamental dois.

4.4 Instrumento de coleta de dados

Como meio para a coleta de dados, utilizou-se um questionário aberto, compreendendo questões vinculadas aos seguintes eixos temáticos: I. “*Realidade da escola no contexto rural*”; II. “*Conceito de saúde mental*”; III. “*Formas de cuidado em saúde mental existentes na escola*”; IV. “*Dificuldades de acesso ao cuidado em saúde mental na escola rural*”; V. “*Atividades que gostariam que existissem na escola como formas de cuidados em saúde mental*”. Para cada questão abordada no instrumento de pesquisa, os estudantes deveriam elencar palavras que, na concepção deles, responderiam a cada questão colocada.

A proposta de citar as palavras que, na percepção dos estudantes, responderiam as questões levantadas está baseada no método criado por Paulo Freire das palavras geradoras, entendidas como unidades básicas do universo vocabular do educando que, conforme Freire (1987) são chamadas de geradoras por possuírem a capacidade de formar ou gerar novas palavras. Ainda segundo o autor, as palavras geradoras são as palavras faladas no meio cultural e social dos sujeitos e, por isso, carregam em si a potencialidade de retornarem como ação transformadora no mundo.

4.5 Coleta dos dados

A aplicação do questionário aconteceu em apenas um dia, no período vespertino, tendo em vista que as aulas referentes ao 9º ano do Ensino Fundamental II da Escola em que ocorreu o estudo ocorrem neste período. Antes do início da aplicação do instrumento de pesquisa, houve uma breve apresentação do projeto aos participantes da pesquisa, a fim de explicar-lhes os objetivos, a justificativa, a metodologia a ser empregada e os riscos e os benefícios da pesquisa, sendo aberto um espaço para sanar dúvidas.

Logo após a exposição do projeto, houve explicações acerca dos termos a serem distribuídos para que os estudantes pudessem assinar, sendo esclarecidos os motivos e as partes presentes em cada termo. Depois disso, foi distribuído os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), sendo explicado aos participantes que ambos os termos possuíam duas vias, ficando uma sob a posse do participante e outra sob a posse das pesquisadoras.

Após isso, foram distribuídos os questionários de pesquisa e esclarecidas às dúvidas apresentadas. Foi pedido aos estudantes que elencassem palavras que, na percepção deles, responderiam a cada questão colocada. Por fim, foram recolhidos os questionários e os termos

dos participantes, seguido dos agradecimentos pela participação dos estudantes e pela permissão e contribuição da Secretaria de Educação do Município de Ingá-PB e da gestão escolar para a realização da pesquisa.

4.6 Análise dos dados coletados

Utilizou-se a análise de conteúdo, partindo da perspectiva de Laurence Bardin (2016), para analisar as respostas colocadas no questionário. A análise de conteúdo é utilizada em pesquisas sociais e humanas de natureza qualitativa, e acontece a partir de três pólos cronológicos essenciais: *pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação* (BARDIN, 2016).

A pré-análise corresponde à organização da pesquisa, ocorrida antes da análise real dos dados, constituindo-se como o primeiro contato com o material. A exploração do material se dá através da codificação e categorização do material coletado, havendo a passagem dos dados brutos a dados organizados. O tratamento dos resultados pode ser realizado a partir da inferência controlada e da interpretação das informações disponíveis, assentadas nos elementos da comunicação: emissor ou produtor da mensagem, receptor, médium ou canal e a mensagem propriamente dita (BARDIN, 2016).

No tratamento dos dados da pesquisa, foi realizado, inicialmente, uma leitura flutuante ou primeiro contato com o material da pesquisa, deixando-se invadir por impressões através das respostas dos participantes; o que corroborou na formulação de novas hipóteses e na afirmação de hipóteses pensadas anteriormente. Logo após, houve um recorte das palavras mais citadas, analisando-se a frequência com que cada palavra aparecia nas respostas dos estudantes, seguindo os eixos temáticos previamente abordados no questionário de pesquisa. Levando em conta os eixos temáticos, surgiram categorias, criadas conforme o agrupamento por temática de palavras que apareceram com maior frequência em cada questão.

Para finalizar, foram feitas as interpretações das informações disponíveis. Todo esse processo foi realizado com o consenso de três avaliadores. Essa categorização temática teve como objetivo o entendimento e a presença do universo vocabular dos estudantes em torno da problemática pesquisada.

4.7 Aspectos éticos

A pesquisa teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (CEP-UEPB), sob o parecer nº 5.482.203, conforme recomendado pela Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016 e da Resolução Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012, ambos do Conselho Nacional de Saúde que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos. Depois de esclarecidos sobre os objetivos do projeto, os participantes foram convidados a participar da pesquisa. Em seguida foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os pais e/ou responsáveis dos estudantes participantes, uma vez que o público alvo do estudo compreende estudantes que estão na faixa etária igual ou superior aos quatorze anos de idade e, por isso, necessitam da permissão ou aceitação dos pais e/ou responsáveis.

O recolhimento das assinaturas dos responsáveis no Termo de Assentimento e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi feito de forma conjunta com a gestão escolar, a principal mediadora durante todo o processo de comunicação com os pais e de recolhimento das assinaturas. Desse modo, a pesquisadora entregou o TCLE aos responsáveis e, após isso, recolheu as suas assinaturas, sendo esclarecido que todos os termos utilizados tinham duas vias, ficando uma sob a posse das pesquisadoras e a outra sob a posse dos responsáveis e dos participantes.

Foram buscadas medidas para que os únicos a terem acesso às cópias dos termos que ficaram sob a posse das pesquisadoras fossem as próprias pesquisadoras e a gestão escolar, uma vez que esta foi à principal mediadora do contato com os pais e com os estudantes, de modo que pudesse assegurar o sigilo dos participantes e dos responsáveis.

Assim como exigido, tomaram-se as medidas para assegurar o devido sigilo quanto à identidade dos participantes da pesquisa e das respostas expostas por eles. Além disso, foi esclarecido aos participantes que estes poderiam retirar a participação em qualquer etapa do processo, sendo respeitada a decisão do estudante e dos seus responsáveis em participar ou não da pesquisa. Buscando evitar e/ou reduzir qualquer desconforto que pudesse surgir durante a pesquisa, as pesquisadoras responsáveis estiveram à disposição para auxiliar e orientar ao longo de todo processo, sendo buscadas as medidas necessárias para sanar dúvidas ou dificuldades que viessem a surgir.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal, localizada na zona rural da cidade de Ingá-PB, trazendo como público-alvo estudantes adolescentes, que se encontram cursando o 9º ano do Ensino Fundamental II, com faixa etária igual ou superior aos quatorze anos. Com a pesquisa, objetivou-se analisar como os estudantes percebem as formas de cuidados em saúde mental disponibilizados na escola pública rural.

Diante desta finalidade, foi aplicado um questionário aberto, compreendendo questões vinculadas aos seguintes eixos temáticos: I. “*Realidade da escola no contexto rural*”; II. “*Conceito de saúde mental*”; III. “*Formas de cuidado em saúde mental existentes nesse espaço*”; IV. “*Dificuldades de acesso ao cuidado em saúde mental*”; V. “*Atividades que gostariam que existissem na escola como formas de cuidados em saúde mental*”. A partir disso, buscou-se compreender a percepção dos estudantes acerca de cada tema abordado.

Os Quadros apresentados abaixo abordam os eixos temáticos e as categorias surgidas em decorrência das palavras geradoras expressas pelos participantes da pesquisa. O Quadro 1 corresponde à percepção dos estudantes sobre o cotidiano ou a realidade da escola inserida no contexto rural.

Quadro 1 – Percepção dos estudantes sobre o cotidiano ou a realidade da escola	
Categorias	Palavras geradoras
Espaço de aprendizado	Estudo; Aprendizagem; Boas aulas
Contexto de relacionamentos	Relacionamentos; Convivência
Diversão	Brincar; Jogar futebol
Desrespeito	Bullying; Intriga.
Indiferença	Indiferença
Pouca comunicação	Pouca comunicação; Complicado
Tédio	Tédio; Desanimador; Chato; Repetição
Acesso a alimentação	Merenda

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir da categoria “Aprendizado”, pode-se inferir que os estudantes relacionam o espaço escolar ao processo de ensino-aprendizagem. Essa concepção da escola como espaço de transmissão de novos conhecimentos vai de acordo à visão que, em geral, a sociedade tem a respeito da função social da escola. O que se espera do contexto educacional é, realmente, adquirir, criar e ampliar os diferentes saberes. Entretanto, somos convocados a refletir se a escola está se constituindo, de fato, como este espaço de aprendizagem, uma vez que, passar mais tempo no espaço escolar, bem como memorizar e reproduzir os conteúdos não significa, necessariamente, estar aprendendo mais (NOGARO, 2005). Percebe-se que, apesar das diversas mudanças na escola, esta, ainda hoje, carrega a forte influência dos aspectos teóricos e metodológicos da perspectiva tradicional, através do seu caráter cumulativo do conhecimento e da reprodução de metodologias expositivas de ensino (LEÃO, 1999).

Tal prática educativa assemelha-se ao que é entendido por Freire como “educação bancária”, em que o processo educativo é visto como um ato de “depositar” informações (FREIRE, 1997). E não se pode perder de vista que a sala de aula deve ser o espaço onde o educando possa ensaiar a experiência de assumir-se como ser histórico, social, pensante, criador, comunicante e transformador, atentando-se ao fato de que a educação deve ser um processo de estímulo à criatividade humana (FREIRE, 1996). Isso convoca ao docente, inclusive, o exercício de uma prática diferenciada, apesar dos inúmeros desafios vivenciados por estes em seu contexto profissional, sendo necessário, também, a oferta, a estes profissionais, de condições necessárias a uma prática motivante e motivadora.

Em contrapartida, nota-se que os estudantes percebem o espaço escolar como um contexto de vínculos, convivência e relacionamentos. Tal compreensão se encontra com a perspectiva de Gadotti (2007), quando, defendendo a escola baseada em uma perspectiva freiriana, a compreende como um espaço composto por relações interpessoais que, independentemente de sua estrutura concreta, carrega em sua base, o essencial: gente. A escola, assim, se faz, se constrói e se mantém a partir das pessoas que a compõe. Todas as pessoas presentes na escola são importantes para a dinâmica escolar, uma vez que a escola sustenta-se por meio das relações que estabelece com os atores presentes nela e na comunidade em geral. É por isso que a escola assume, também, o caráter de ser uma instituição capaz de transformar a realidade (GADOTTI, 2007).

Atrelado a esta visão da escola como espaço de relacionamentos, os estudantes percebem a escola como um “Local de diversão”, que suscita sentimentos positivos. Adentra, nessa discussão, a afetividade como um aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Considera-se que a afetividade perpassa todas as relações humanas, e apesar

de não haver um consenso quanto a sua conceituação, entende-se, com base em Wallon (TASSONI, 2008 apud OTIS et al., p. 4, 2019), que a afetividade “refere-se ao conjunto funcional de emoções, sentimentos e paixões”. Conforme Otis e Tassoni (2019), a afetividade articula-se com a dimensão cognitiva no processo de desenvolvimento humano, isto é, ambos estão inter relacionados. Existem estudos que afirmam a relação benéfica entre a afetividade e a construção de novos conhecimentos, uma vez que a aprendizagem se dá pela via do afeto (RIBEIRO, 2010). Desse modo, é através da criação de um clima propício e dos sentimentos positivos suscitados nos educandos que estes podem aprender mais, tornando-se motivados e implicados no contexto educacional.

Contudo, percebe-se que os estudantes abordam sentimentos negativos relacionados ao espaço escolar, quando apontam palavras como *"Desrespeito"*, *"Indiferença"*, *"Pouca comunicação"*, *"Tédio"*. Conforme Wallon (1995 apud OSTI; TASSONI, 2019), assim como os sentimentos positivos podem favorecer a aprendizagem, os sentimentos negativos, relacionados ao espaço escolar, podem contribuir para o estabelecimento de um movimento contrário. Tomando como referência outro contexto, a partir de uma pesquisa realizada por Osti e Tassoni (2019), com estudantes de escolas fundamentais da cidade de São Paulo, é possível perceber que há, de fato, a existência de ambos os sentimentos (positivos e negativos) vinculados ao espaço escolar, havendo, contudo, uma predominância dos sentimentos positivos. O que se deve considerar é que, os afetos vivenciados pelos estudantes, influenciam a relação destes com o processo de ensino-aprendizagem, como aponta Ribeiro (2010), tomando como base outros estudos e autores.

Percebe-se também que os estudantes vinculam a escola a um espaço de acesso a alimentação, através de palavras como “Comida” e “Merenda”. Essas palavras geradoras ligando o cotidiano da escola a alimentação aponta para as vulnerabilidades sociais em que se encontram os estudantes. Conforme Abreu (1995), a merenda escolar deve ser vista como um direito fundamental – acesso à alimentação - que deve ser garantido a todos os cidadãos, independentemente de condições socioeconômicas, mas que esta, em um país como o Brasil, assume uma dimensão social maior, na medida em que, diante das desigualdades sociais e da pobreza, a merenda escolar, por vezes, acaba sendo a única refeição garantida no dia.

Ainda segundo a autora, com base em outros estudos, é comprovado que a alimentação escolar pode provocar mudanças positivas no estado nutricional das crianças e adolescentes, bem como no rendimento escolar, agindo sobre “a fome do dia”. Por isso que a merenda assume um lugar tão importante no ambiente escolar.

Em seguida, a partir dos dados presentes no Quadro 2, será descrita a percepção dos estudantes sobre o que é a saúde mental.

Quadro 2 – Percepção dos estudantes sobre o que é saúde mental	
Categorias	Palavras geradoras
Sofrimento psíquico	Ansiedade; Depressão; angústia; Problemas familiares, de saúde e espirituais; Mal estar; loucura; Preocupações; Problema de mente; Gatilhos.
Cuidado Psicológico	Cuidado psicológico; Escuta; Autocuidado com a mente.
Qualidade de vida	Boa saúde e qualidade de vida; Bem estar; Estar bem consigo.
Capacidade Individual	Dificuldades nas tarefas
Atividade Cerebral	Cérebro confuso; Cérebro bom; Usar a mente; Memória; Mental

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Conforme os dados do Quadro 2, percebe-se que os estudantes entendem saúde mental como sofrimento psíquico, apontando a ausência ou presença de doenças mentais, a partir de algumas palavras como “*Ansiedade*”, “*Depressão*”, “*Loucura*”, “*Problema de mente*”, “*Preocupações*”, “*Gatilhos*”. O conceito de saúde mental perpassa uma construção histórica e social, sendo atravessado por dimensões subjetivas, psicológicas, biológicas, culturais e sócio-históricas (JESUS, 2019). Devido a isso, entende-se que saúde mental vai além da ausência ou presença de doenças mentais, conforme aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO, 1946).

Nota-se que os estudantes também vinculam saúde mental ao cuidado psicológico, apontando palavras como “*Cuidado psicológico*”, “*Escuta*”, “*Autocuidado com a mente*”. Essa concepção vincula-se a saúde mental como um fenômeno que, além de ser atravessado por questões subjetivas e individuais, também é perpassado por um cuidado que se relaciona, sobremaneira, a questões sociais, na medida em que saúde mental está diretamente relacionada às condições de vida de uma dada população, englobando renda e emprego, acesso aos serviços de saúde mental, assistência social, educação e trabalho (WHO, 2013 apud DANTAS et al., 2020). Por isso, deve-se considerar que o cuidado psicológico implica

não somente um engajamento subjetivo e individual no cuidado de si mesmo, mas também ao acesso a condições de cuidado.

Percebe-se que os estudantes relacionam a saúde mental, também, à qualidade de vida através de palavras como “*Boa saúde*”, “*Qualidade de vida*”, “*Bem estar*”, “*Estar bem consigo mesmo*”. Esse pensamento acerca do que é saúde mental assemelha-se a concepção posta por Amarante (2007), em que saúde mental relaciona-se a concepção de "sadio", “normal”, com um estado de “bem estar mental”, bem como com a perspectiva posta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em que entende saúde mental como sendo

“(…) um estado de bem estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para a sua comunidade” (OMS apud GAINO et al., 2018, p. 110).

Os estudantes ainda relacionam saúde mental à capacidade individual. A percepção da saúde mental como capacidade individual assemelha-se ao conceito de saúde mental posto pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2001 apud JESUS, 2019), em que saúde mental direciona-se, também, a capacidade de autonomia, bem estar subjetivo, auto-realização emocional e intelectual, bem como a auto-eficácia.

Por fim, os estudantes também relacionam saúde mental à atividade cerebral, quando aborda palavras como “*Cérebro confuso*”; “*Cérebro bom*”; “*Usar a mente*”; “*Memória*”; “*Mental*”. Como exposto acima, saúde mental pode ser vista através de diferentes dimensões: biológica, psicológica e social. Percebe-se que os estudantes ao vincularem saúde mental como atividade cerebral, a relaciona a capacidades cognitivas, através de uma perspectiva biológica ou individual.

Após a compreensão da percepção dos estudantes acerca da escola pública rural e do que entendem por saúde mental, será descrita, em sequência, a percepção dos estudantes sobre formas de atenção e cuidado em saúde mental que são ofertadas na escola.

Quadro 3 – Percepção dos estudantes sobre formas de atenção e cuidado em saúde mental que são ofertadas na escola	
Categorias	Palavras geradoras
Diálogo	Conversas com as pessoas; Conversa com os professores; Diálogo com a gestão; Orientação; Ajuda (professores e amigos)
Relacionamentos	Relacionamentos (Professores e alunos); Relacionamentos Professores, direção e colegas; Relacionamentos (amigos e professores); Intimidade, carinho.

Atividades físicas	Atividade física; Educação física
Metodologias Ativas	Assistir filmes e resumos dos filmes; Atividades ao ar livre; Distrações; Aulas de artes
Acompanhamento psicológico	Terapia e cuidado com psicólogo

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No Quadro 3, é possível apontar que, na percepção dos estudantes, os cuidados em saúde mental ofertados na escola são o diálogo entre os vários grupos que compõem o contexto escolar, os relacionamentos dentro da escola, as atividades físicas, as metodologias ativas e o acompanhamento psicológico. Vale salientar que apenas um aluno falou em acompanhamento psicológico.

Percebe-se que os vínculos construídos na escola, assim como o diálogo e a escuta tem um papel importantíssimo para os estudantes. Como defendido por Paulo Freire (1987), o diálogo tem um lugar necessário na escola e na sociedade em geral, na medida em que possibilita o encontro entre os homens para criar, recriar e transformar a realidade. O diálogo, para além de ser um instrumento de desvelamento da realidade social, pode assumir um caráter afetivo, posto que ocorre a partir do encontro eu-tu, das trocas de saberes e de experiências, de dores, de histórias e de vivências subjetivas, colocando o educando em um lugar de sujeito ativo, histórico e comunicante. Por isso que o diálogo, fundado em abertura, horizontalidade e acolhimento, pode ser visto, também, como um mecanismo de promoção à saúde mental dos educandos.

É possível perceber que os docentes e os colegas aparecem como sendo as principais figuras quando se trata do estabelecimento de vínculo no ambiente escolar. Vê-se que o docente, na perspectiva dos estudantes, deve ocupar um lugar de suporte e acolhimento. Hoje, sabe-se que a docência é uma função ampla e complexa, que exige do docente a construção de novos saberes e de competências profissionais (capacidade de criar laços, solidariedade, tolerância, flexibilidade, abertura) que possibilitem o desenvolvimento integral dos educandos (RIBEIRO, 2010). Contrário a isso, percebe-se a escassez de pesquisas direcionadas a temática da afetividade no ensino básico, como é apontado por Otis e Tassoni (2019), e a negligência na prática educativa dos docentes do ensino fundamental, bem como a carência de uma formação superior docente que leve em conta a dimensão afetiva, em detrimento somente da dimensão cognitiva, conforme é dito por Ribeiro (2010).

E mesmo que seja complexo para o docente ocupar este lugar e que, por isso, necessite também de cuidados e condições para uma prática diferenciada, é imprescindível a formação de relações calorosas, respeitadas e solidárias entre os docentes e os educandos, uma vez que tal relação implica diretamente no processo de ensino-aprendizagem, no enfrentamento das dificuldades de aprendizado, bem como na motivação e no engajamento dos educandos para continuar aprendendo. Em meio a um clima favorável, em que o educando se sinta aceito, considerado e respeitado em sua singularidade, é possível, para este, aprender mais, ajudando-o no processo de construção saudável de sua personalidade, identidade e autoestima (RIBEIRO, 2010).

Percebe-se também que os estudantes apontam as atividades físicas como práticas que, na percepção deles, são formas de cuidado à saúde mental, a partir do uso de palavras como “*Atividade física*”, “*Educação física*”. Sabe-se que as atividades físicas, de fato, podem contribuir significativamente na saúde física e mental dos educandos, atuando positivamente na construção de hábitos e comportamentos saudáveis no futuro, quando praticados durante a infância e adolescência (MARQUES et al.). Além disso, como demonstrado na pesquisa de Brandolin et al. (2015) acerca da percepção de estudantes sobre a educação física nas escolas, esta disciplina, juntamente com outras, ocupa um espaço satisfatório e importante para os estudantes.

Além disso, os participantes abordam as metodologias ativas de ensino como uma forma de cuidado em saúde mental através das palavras “*Atividades ao ar livre*”, “*Distrações*”, “*Aulas de artes*”. As metodologias ativas, trazendo o educando para o centro do seu processo de aprendizagem, possibilitam que este se desenvolva de forma integral, a partir do entrelaçamento entre teoria e prática, da resolução de problemas, da reflexão e do estímulo à criatividade. É através do uso de tecnologias, da resolução de problemas, do diálogo, da elaboração de projetos, que é possível ao educando a aquisição de competências como autonomia, habilidades sociais e comunicacionais, liderança e motivação para aprender (SAHAGOFF, 2019). Por isso que as metodologias ativas de ensino assumem um lugar necessário na escola.

Deve-se considerar que não foram citadas palestras ou eventos vinculados a temáticas da saúde mental, bem como a construção de eventos culturais que sejam vistos como meios para o cuidado em saúde mental. Isso leva a hipótese de que a Psicologia e as temáticas vinculadas a essa área não são tão discutidas na escola pública rural.

A partir do Quadro 4, serão discutidas a percepção dos estudantes sobre dificuldades quanto ao acesso à atenção e ao cuidado em saúde mental na escola.

Quadro 4 – Percepção dos estudantes sobre dificuldades quanto ao acesso à atenção e ao cuidado em saúde mental na sua escola	
Categorias	Palavras geradoras
Dificuldades individuais	Não presta atenção nas aulas; Lentidão nas atividades; Notas baixas; Medo da reprovação.
Desrespeito	Preconceito com religião, brigas, fofocas; Bullying, xingamento, chatice.
Falta de profissional da Psicologia	Ausência de psicólogo; Necessidade de ajuda aos alunos com problemas mentais; Acesso psicológico não é bom; Falta de psicólogo; Recursos terapêuticos insuficientes
Ausência de diálogo	Falta de auxílio, Falta de proximidade; Falta de diálogo; Falta de Interação
Problemas metodológicos	Falta de atividades; Atividades diferentes; Imposição de metodologia de ensino; Falta de compreensão sobre a forma que o estudante aprende; Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir dos dados do Quadro 4, nota-se que a principal dificuldade sentida pelos estudantes relaciona-se a dimensão individual/subjetiva, vinculada às questões emocionais e de aprendizagem que enfrentam na escola, expressas nas palavras “*Não presta atenção nas aulas*”, “*Lentidão nas atividades*”, “*Medo de reprovação*”, “*Notas Baixas*”.

As questões vinculadas às dificuldades de aprendizagem podem incluir diversos fatores, compreendendo aspectos biológicos, sociais, psicológicos, emocionais ou institucionais (FATORI DE SÁ et al., 2010). Aponta-se, através de um estudo realizado por Rozek e Serra (2015) que há uma relação entre as dificuldades de aprendizagem e as dificuldades em dimensões afetivo-emocionais (dificuldades de organização, atenção e ansiedade) e orgânicos-afetivos (Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), que podem influenciar diretamente na autoestima e no rendimento escolar do educando. Mazer et al. (2009) reforça, a partir de estudos, que as dificuldades de aprendizagem podem ser um risco para o desenvolvimento de problemas psicossociais, que podem levar a sentimentos de baixa autoestima e inferioridade, bem como a déficits em habilidades sociais e dificuldades emocionais ou comportamentais.

Percebe-se, ainda, dificuldades vivenciadas pelos estudantes a nível institucional, a partir da categoria “*Desrespeito*”, expressa nas palavras “*Bullying*”, “*Xingamentos*”,

“Preconceito com religião”, “Brigas”, “Fofocas”. Segundo Malta et al. (2010), é possível visualizar dois tipos de violências no contexto escolar: aquelas que são produzidas fora das escolas e acabam adentrando seus espaços, e aquelas que são perpetradas pelos próprios atores escolares, através de manifestações diversas, como agressões físicas, verbais, morais e psicológicas; discriminação racial, de gênero, política e religiosa. Ainda segundo os autores, o bullying, por exemplo, é um fenômeno que compreende comportamentos violentos e sistemáticos, relacionados a atos de agressão física ou verbal, através da intimidação, humilhação e discriminação. Em pesquisa realizada por Malta et al. (2009), 5,4% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental relataram ter sofrido bullying quase sempre ou sempre nos últimos dois meses do ano de 2009.

Em vista disso, nota-se que as dificuldades sentidas pelos participantes da pesquisa e abordadas acima, corroboram com a necessidade de um acompanhamento psicológico direcionado aos estudantes da escola pública rural. Por isso, torna-se necessário a criação e implementação de ações, políticas e formas de intervenção que tenham como objetivo a saúde mental da criança e do adolescente (BENETTI et al., 2007). A escola se apresenta, aliás, como um espaço potente à promoção da saúde mental e à construção de redes de apoio a esse público específico.

Outra dificuldade encontrada pelo corpo estudantil se relaciona a ausência de um profissional da Psicologia que esteja sempre disponível às demandas da escola e dos alunos. Aspecto que se vincula com o que foi exposto acima. Antes de tudo, é importante apontar que se deve pensar o acesso ao cuidado em saúde mental como um direito. Conforme Carneiro e Figueredo, a saúde mental é vista como um direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantida através da criação, implementação e vigilância constante das políticas públicas sociais.

Como posto no Art. 1º da Lei 13.935, de 11 de Dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica:

“As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (BRASIL, 2019).

Diante disso, é determinado que o psicólogo escolar faça parte da equipe multiprofissional que compõe as redes públicas de educação básica no Brasil. Segundo autoras como Martinez (2010), Oliveira e Marinho-Araújo (2009), o psicólogo escolar pode contribuir significativamente na escola, atuando nas dimensões relacionais, preventivas e institucionais do contexto escolar, e possibilitando a otimização dos processos de ensino-aprendizagem. Pode-se perceber que os estudantes, ainda que tenham um contato mínimo

com a Psicologia, vê importância na prática dos profissionais dessa área, considerando necessária e benéfica a sua introdução no espaço escolar.

Os estudantes ainda apontaram a ausência de diálogo como uma das dificuldades enfrentadas por eles quando se trata de cuidados em saúde mental, através das frases “*Falta de diálogo*”, “*Falta de auxílio*”, “*Falta de proximidade*”. Essa queixa compactua com o que é posto na literatura, a respeito da tendência dos docentes, em todos os níveis de ensino, mas especialmente no ensino fundamental e superior, em focar nos aspectos cognitivos do processo de aprendizagem em detrimento dos aspectos afetivos e emocionais que se fazem presentes no contexto escolar, apesar de haver, nos currículos oficiais, a exigência de se considerar a afetividade na aprendizagem (RIBEIRO, 2010).

Nota-se que os estudantes expressam um sentimento de ambivalência, a partir da percepção de que o diálogo presente na escola não é profundo, apesar de abordarem o diálogo como um fator protetivo a saúde mental, juntamente com os relacionamentos estabelecidos no espaço escolar, encontrados em “*Formas de cuidados em saúde mental na escola pública rural*”.

Os estudantes também apontam os problemas metodológicos como uma das dificuldades enfrentadas, através de palavras como “*Falta de atividades*”, “*Imposição de metodologia de ensino*”. Sabe-se que, em meio às mudanças tecnológicas e informacionais do nosso tempo, o professor não é mais o detentor principal do conhecimento e, por isso, torna-se necessária a introdução de novas metodologias de ensino que possibilitem ao educando experiências diferenciadas no espaço escolar, com o objetivo de motivá-lo e propiciá-lo a criação de percepções e sentimentos positivos a respeito da escola. As metodologias ativas de ensino partem da realidade do educando, convocando-o a aprender por meio da experiência, do pensar por si mesmo, sendo respeitados o tempo e a implicação do educando durante o processo de aprendizagem significativa (SAHAGOFF, 2019).

Por isso que a introdução gradual das metodologias ativas em todas as escolas públicas (rurais e urbanas) e a formação continuada dos docentes para trabalharem adequadamente com tais metodologias, se fazem de suma importância na atualidade.

Quadro 5 – Percepção dos estudantes sobre atividades que desejariam que existissem na escola e que percebem como sendo formas de atenção e cuidado em saúde mental	
Categorias	Palavras geradoras
Metodologias ativas de ensino	Projeto; Atividades coletivas; Atividades de campo; Aulas de projeto de vida, aulas interativas; Atividades externas; Viagens de campo.
Mais brincadeiras	Mais brincadeiras; Intervalo por 30min.

Atividades extracurriculares	Aulas de música (para tocar instrumentos); Pintura; computadores; Dança; Canto.
Atividades físicas	Mais atividades físicas; Natação.
Psicólogos disponíveis	Psicólogo disponível
Diálogo	Conversas; Desabafo; Diálogo aberto
Mais merenda	Feijão e arroz na merenda; Mais merenda.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No Quadro 5, encontram-se os dados referentes à percepção dos estudantes sobre atividades que desejariam que existissem na escola e que percebem como sendo formas de atenção e cuidado em saúde mental. Os estudantes elencaram as metodologias ativas de ensino, as brincadeiras, as atividades extracurriculares e as atividades físicas como atividades que gostariam que existissem com maior frequência na escola e que compreendem como sendo formas de promoção, cuidado e atenção à saúde mental.

Percebe-se que se torna importante a introdução de atividades coletivas e diferenciadas no espaço escolar, que possam contribuir com a satisfação dos estudantes em estarem na escola e com a motivação destes para continuarem engajados no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que as metodologias tradicionais já não se mostram suficientes na sociedade atual. A introdução de novas práticas pedagógicas na escola vem, justamente, convocar o educando a ser o agente ativo do seu processo de aprendizagem, estimulando-o na apreensão de novos conhecimentos a partir de suas próprias vivências e experiências, envolvendo-o no processo educativo (SAHAGOFF, 2019).

Além disso, os estudantes apontam a presença de brincadeiras como atividades que desejariam que existissem com maior frequência na escola. Há, geralmente, a predominância de se relacionar o brincar com a figura da criança e, no âmbito escolar, com o Ensino Infantil. Nota-se, inclusive, uma diminuição do brincar ou da utilização de recursos e atividades lúdicas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Contudo, o brincar é uma atividade natural, criativa e espontânea, que contribui para o processo de aprendizagem, através do estímulo a criatividade, a reflexão e a autonomia, bem como ao desenvolvimento integral do indivíduo, a partir da interação e socialização e do desenvolvimento de potencialidades afetivas, cognitivas, sociais, psicomotoras, físicas e emocionais (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014). Desse modo, o brincar faz parte da experiência humana e necessita ser introduzido e estimulado em todas as etapas de ensino nas escolas, podendo ser utilizado como recurso de

promoção à saúde mental, uma vez que, através do brincar, é possível expor vivências, desafios e emoções.

Vê-se ainda que a introdução de atividades físicas diversificadas, que ultrapassem as modalidades tradicionais, convocando o educando a escolher as modalidades que o interessa conhecer e aprender podem contribuir com as chances de aumento de sua satisfação com relação à disciplina de educação física, e, supostamente, o seu bem-estar no ambiente escolar, como mostrado na pesquisa de Brandolin et al. (2015). Os autores ainda citam um aspecto importante a respeito da relação entre a variável sexo e a satisfação com as atividades físicas escolares, apontando que os meninos tendem a se sentirem mais satisfeitos com a disciplina de educação física quando comparado as meninas, o que demonstra que, na escola, a educação física ainda é, predominantemente, uma sociabilidade masculina.

Na categoria “Psicólogos disponíveis”, os estudantes desejam que haja um profissional da saúde mental vivendo a dinâmica da escola, disponível para ajudar nas demandas do espaço escolar. Tal fato demonstra que, ainda se faz necessário um movimento (que deve ser constante) do profissional psicólogo em direção às comunidades ou indivíduos que, historicamente, estiveram à margem, vivenciando vulnerabilidades sociais, como é o caso das comunidades rurais.

Martin Baró (1997) coloca que é importante ao psicólogo pensar em três elementos: repensar a imagem de si mesmo como profissional; assumir a perspectiva das maiorias populares; e escolher entre acomodar-se frente ao sistema social ou confrontá-lo criticamente. Ainda segundo o autor, o psicólogo deve direcionar o seu fazer a promoção/criação de um olhar crítico e buscar, através disso, a desalienação de pessoas e grupos sociais, estimulando-os na construção de uma percepção crítica acerca de si próprios, de suas realidades sociais e do mundo em geral.

Quando se pensa acerca da atuação do psicólogo na escola, constata-se que, apesar de existir discussões em torno do papel do psicólogo no contexto escolar, sabe-se que, são diversas as possibilidades positivas advindas do entrelaçamento entre a psicologia e a educação. É possível, ao psicólogo, no espaço escolar, exercer uma prática que contemple duas dimensões: I. Tradicional (avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de estudantes com dificuldades escolares); II. Emergente (diagnóstico; análise e intervenção a nível institucional; participação na construção da proposta pedagógica da escola; seleção dos membros da equipe pedagógica; contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica; criação de projetos e oficinas direcionadas aos estudantes; caracterização da população

estudantil; realização de pesquisas e facilitação da implementação das políticas públicas) (MARTINEZ, 2010).

Os participantes também desejam mais diálogo na escola. Supõe-se que seja um diálogo no qual se sintam realmente ouvidos, aceitos e respeitados em suas singularidades. Isso é expresso através das palavras “*Conversas*”, “*Diálogo aberto*”, “*Desabafo*”. Novamente, o diálogo aparece como uma via necessária ao estabelecimento de vínculos reais no espaço escolar, sendo não somente um instrumento de desvelamento da realidade social, como posto na perspectiva freiriana, como também, um meio de promoção à saúde mental, através do fortalecimento da via afetiva em detrimento somente da via cognitiva no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Freire (1987), o diálogo torna-se inviável quando este se distancia dos valores humanos, que são: o amor, a humildade, a esperança e a fé nos homens. Isso demonstra a importância do estabelecimento de uma educação humanizadora no espaço escolar.

Por último, tem-se a categoria “*Mais merenda*”, surgida a partir das palavras “*Feijão e Arroz na merenda*”, “*Mais merenda*”. Isso demonstra que alguns estudantes, além de relacionarem a escola à alimentação escolar, gostariam que a escola fornecesse mais recursos alimentícios, em diversidade e quantidade.

Como posto no *Quadro 1*, a partir da ligação entre a escola e o acesso a alimentação, percebe-se que a merenda escolar é importante no cotidiano de algumas crianças e adolescentes. Isso evidencia a necessidade de se olhar para o cuidado em saúde mental para além do contexto escolar, pois, como se pode ter saúde mental, quando não se tem acesso a direitos básicos como a alimentação?. Como apontado por Silva (2016, p. 25), “(...) é importante considerar também que para a garantia de uma vida decente é primordial uma alimentação adequada, sendo ela pré-requisito essencial no que tange qualquer outra consolidação de direitos”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a percepção de estudantes de uma escola pública rural sobre cuidados em saúde mental na escola rural, destinando-se a contribuir, a partir do entrelaçamento entre os cuidados em saúde mental e a escola pública rural, com as pesquisas relacionadas ao universo da escola, uma vez que se verificou, ao longo do processo de leituras e observações, certa escassez de estudos voltados à temática proposta. Além disso, pretendeu-se, através da realização da pesquisa de campo, oferecer aos participantes da pesquisa, um espaço de reflexão, escuta, diálogo e acolhimento. Por isso, viu-se a importância de se falar a respeito da temática abordada no trabalho.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar como estudantes de uma escola pública rural percebem as formas de cuidados em saúde mental disponibilizados na escola. Partindo disso, pretendeu-se: Identificar como os estudantes percebem as formas de cuidado em saúde mental ofertados na escola; Verificar como os estudantes percebem o acesso a atenção e cuidado em saúde mental na escola pública rural; Analisar o que, na percepção dos estudantes, seriam atividades que desejariam que existissem na escola como formas de cuidado em saúde mental. A partir das informações apreendidas por meio de um questionário aberto, analisou-se que o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos.

Entre os resultados obtidos, foram evidenciados, como principais, os aspectos que os participantes da pesquisa consideraram como sendo formas de cuidados em saúde mental. Acerca disso, os educandos apontaram: I. *O diálogo*; II. *O estabelecimento de vínculos entre professores, colegas e gestão escolar*; III. *As atividades físicas e as metodologias ativas de ensino*, como sendo as principais formas de cuidado em saúde mental que são encontradas na escola pública rural. Sobre o acesso a cuidados em saúde mental na escola pública rural, os educandos apontaram: I. *Dificuldades individuais ligadas a questões emocionais e de aprendizagem*; II. *Desrespeito na escola*; III. *Falta de profissionais da psicologia*; III. *Ausência de diálogo*; IV. *Problemas metodológicos*. Com relação às atividades que os estudantes gostariam que tivessem na escola como formas de cuidados em saúde mental, estes indicaram: I. *Metodologias ativas*; II. *Brincadeiras*; III. *Atividade física*; IV. *Atividades extracurriculares*; V. *Psicólogos disponíveis*; VI. *Diálogo*; VII. *Mais merenda*.

Observou-se que os participantes relacionaram os cuidados em saúde mental na escola rural à afetividade no campo escolar através do diálogo e dos vínculos construídos, bem como das atividades físicas e do uso de metodologias ativas de ensino na escola rural. Verificou-se

que, apesar do acesso ao psicólogo escolar ser um desafio encontrado, a principal dificuldade vivenciada pelos estudantes encontra-se a nível individual a partir de problemáticas institucionais, emocionais e de aprendizagem. Observou-se que alguns dos aspectos abordados, como metodologias ativas de ensino, atividades extracurriculares, brincadeiras, psicólogo disponível e diálogo, são semelhantes às atividades supostas inicialmente.

Diante disso, as principais formas de cuidado em saúde mental ofertadas nas escolas públicas de contextos rurais, tomando como referência a escola pública, localizada na zona rural da cidade de Ingá-PB, foram I. *O diálogo*; II. *O estabelecimento de vínculos entre professores, colegas e gestão escolar*; III. *As atividades físicas e as metodologias ativas de ensino*. O instrumento de pesquisa utilizado baseou-se na metodologia das palavras geradoras de Paulo Freire, e possibilitou ter acesso a uma percepção ampla dos estudantes sobre diferentes eixos temáticos, sendo estes: I. *“Realidade da escola no contexto rural”*; II. *“Conceito de saúde mental”*; III. *“Formas de cuidado em saúde mental existentes nesse espaço”*; IV. *“Dificuldades de acesso ao cuidado em saúde mental na escola rural”*; V. *“Atividades que gostariam que existissem na escola como formas de cuidados em saúde mental”*.

Devido às vulnerabilidades sociais vivenciadas historicamente pelas comunidades rurais, torna-se ainda mais necessária a construção de uma aproximação do psicólogo com tais contextos. Isso coloca em discussão, inclusive, a dimensão ético-política que direciona e permeia a atuação do profissional da Psicologia. Para se pensar nisso, se faz necessário olhar para a própria história da psicologia, uma vez que entre as críticas apontadas a esse campo teórico-prático está o fato da psicologia, ao longo da sua história, centrar a sua atenção, especialmente, nas classes mais favorecidas da sociedade (BARÓ, 1997). Há, inclusive, a tentativa de desconstrução desse processo por psicólogos e psicólogas que se propõem a um fazer diferenciado.

No entanto, sabe-se que esse processo é gradual e lento, e, por isso, ainda se faz necessário um movimento (que deve ser constante) do profissional psicólogo em direção às comunidades ou indivíduos que, historicamente, são postos à margem. Segundo Martin Baró (1997), é importante ao psicólogo, inicialmente, compreender o contexto histórico, social e cultural do seu país e, a partir disso, pensar nos conhecimentos e na sua *práxis* produzida. Além disso, é essencial ao psicólogo se questionar para onde vai a sua *práxis*, ou seja, quais são os efeitos que a sua prática traz para a formação da sociedade e para a construção das percepções sociais.

Ainda segundo o autor supracitado, a psicologia deve voltar o olhar para a consciência humana, esta que se relaciona a percepção de si mesmo, dos outros e do mundo. Movido por tal concepção, Martin Baró (1997), aponta que “(...) a conscientização constitui-se no horizonte primordial do quefazer psicológico” (p. 09). Isso significa que o psicólogo deve se direcionar a promoção/criação de um olhar crítico e buscar, através disso, a desalienação de pessoas e grupos sociais, estimulando-os na construção de uma percepção crítica acerca de si próprios, de suas realidades sociais e do mundo em geral.

Segundo Martin Baró (1997), a conscientização:

“(...) leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um processo pessoal e nacional” (p. 12).

Como apontado por Martin Baró (1997), é importante ao psicólogo pensar em três elementos: repensar a imagem de si mesmo como profissional; assumir a perspectiva das maiorias populares; e escolher entre acomodar-se frente ao sistema social ou confrontá-lo criticamente. E, para isso, não cabe ao psicólogo resolver os problemas macroeconômicos e sociais que se impõem ao longo da dinâmica cotidiana, mas que ao psicólogo é possível: ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais; contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos.

É desse modo, a partir de tal perspectiva, que esse estudo se propõe a compreender o contexto rural e a dinâmica escolar rural, bem como os modos/formas de cuidados em saúde mental disponibilizados em tal contexto através da perspectiva dos povos e/ou pessoas que constituem esses espaços, buscando contribuir positivamente na construção de conhecimentos em torno da psicologia e da educação, além de direcionar um olhar crítico ao acesso aos cuidados em saúde mental como um direito.

É importante salientar que os dados discutidos nesta pesquisa não têm a pretensão de generalização aos contextos de escolas públicas rurais, uma vez que o estudo foi feito a partir de uma amostra reduzida da população. Mas espera-se contribuir com o debate da saúde mental na escola e as questões dos contextos rurais, mais concretamente, no município de Ingá-PB. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a ampliação e diversificação do público-alvo, com vistas a analisar a escola pública rural, a partir da perspectiva de outros sujeitos presentes no espaço escolar, como professores, gestores escolares e outros funcionários, tendo em vista que a escola é um local rico, repleto de possibilidades no cenário de construção de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mariza. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?. **Em aberto**, v. 15, n. 67, 1995. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2338/2077>. Acesso em: 27 de Setembro de 2022.
- ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental. **Estilos da Clínica**, v. 3, n. 4, p. 112-119, 1998. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000100015. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007. Disponível em: <https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.
- BAASCH, Davi.; TREVISAN, Rafaela Luiza.; CRUZ, Roberto Moraes. Perfil epidemiológico dos servidores públicos catarinenses afastados do trabalho por transtornos mentais de 2010 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1641-1650, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TgRqjvtctpVtdkszhJ6WHDdb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de Novembro de 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 01 de Novembro de 2022.
- BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz et al. Adolescência e saúde mental: revisão de artigos brasileiros publicados em periódicos nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 6, p. 1273-1282, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LbqLvbFcrnFLsGBDXWLjLgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.
- BISPO, Cláudia Luiz de Souza.; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Rural/ Urbano e Campo/Cidade: Características e Diferenciações em Debate**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, nº 21, 2012, Uberlândia-MG. Anais. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 01-22. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1032_1.pdf. Acesso em: 12 de Agosto de 2022.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcncKzVq3x/?lang=pt>. Acesso em: 01 de Julho de 2022.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, v. 24, n. 62, p. 26-43, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/?lang=pt>. Acesso em: 01 de Julho de 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 03 de Dezembro de 2021.

BRANDOLIN, Fábio.; KOSLINSKI, Mariane Campelo.; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. A percepção dos alunos sobre a educação física no ensino médio. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 26, n. 4, p. 601-610, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/KQdF88SbmKQ5xhtK3Hr4p3B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 de Setembro de 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 18 de Outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília, 2007. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 01 de Julho de 2022.

CARNEIRO, Adriano Figueredo.; FIGUEREDO, Karina de Magalhães Rodrigues. A SAÚDE MENTAL NO BRASIL SOB O ENFOQUE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: Layout 1 (mpgo.mp.br). Acesso em: 11 de Julho de 2022.

CARVALHO, Priscila Diniz de et al. Prevalência e fatores associados a indicadores negativos de saúde mental em adolescentes estudantes do ensino médio em Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 11, n. 3, p. 227-232 jul./set, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/VFs3xHTKHLYL58GhfjX9ZMnG/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 01 de Novembro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.

DANTAS, Candida Maria Bezerra.; DIMENSTEIN, Magda.; LEITE, Jäder Ferreira.; MACEDO, João Paulo.; BELARMINO, Victor Hugo. Território e determinação social da saúde mental em contextos rurais: cuidado integral às populações do campo. **Athenea Digital**, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v20-1-dantas-dimenstein-leite-et-al/2169-pdf-pt>. Acesso em: 12 de Agosto de 2022.

DIMENSTEIN, Magda et al. Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. **Serviço Social e Saúde**, v. 16, n. 1, p. 151-158, jan./jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651478>. Acesso em: 01 de Novembro de 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. **Revista da FAEEBA**, n. 7, jan/junho, 1997. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/1128?show=full>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. A Escola como um lugar especial. *In*: GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a Paixão de ensinar**. 1ª Ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2773>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

GAINO, Loraine Vivian et al. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 14, n. 2, p. 108-116, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/149449>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

JESUS, Diane Carlos de. **A saúde mental da população rural e sua relação com os determinantes sociais e as iniquidades de saúde: uma revisão de literatura**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22392>. Acesso em: 04 de Julho de 2022.

KIELING, Rejane Inês.; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva, Erechim**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf. Acesso em: 12 de Agosto de 2022.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. **Cadernos de pesquisa**, n. 107, p. 187-206, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PwJJHWcxknGGMghXdGRXZbB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 de Outubro de 2022.

MALTA, Deborah Carvalho et al. Bullying nas escolas brasileiras: Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3065-3076, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2010.v15suppl2/3065-3076>. Acesso em: 23 de Outubro de 2022.

MARQUES, Gabriela Larsen.; SOUZA, Francisco José Fornari. A importância da atividade física como qualidade de vida no âmbito escolar. **Centro Universitário UNIFACVEST**. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/00760-marques,-gabriela-larsen.-a-importancia-da-atividade-fisica-...-lages,-unifacvest,-2015.-curso-de-educacao-fisica..pdf>. Acesso em: 28 de Setembro de 2022.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2022.

MARTÍNEZ, Albertina. O que pode fazer o psicólogo na escola?. **Em aberto**, v. 23, n. 83, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6292>. Acesso em: 07 de Outubro de 2022.

MAZER, Sheila Maria.; DAL BELLO, Alessandra Cristina.; BAZON, Marina Rezende. Dificuldades de aprendizagem: revisão de literatura sobre os fatores de risco associados. **Psicologia da educação**, n. 28, p. 7-21, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43072>. Acesso em: 12 de Outubro de 2022.

NOGARO, Arnaldo. A escola como espaço de aprendizagem. **Revista Filosofazer**, XIV, n. 26, 2005. Disponível em: 913.doc (live.com). Acesso em: 22 de Setembro de 2022.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de.; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 3, p. 648-663, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844630007.pdf>. Acesso em: 07 de Outubro de 2022.

OLIVEIRA, Thainá Aparecida Ramos de; SOUZA, Wellington Oliveira de. PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO HUMANIZADORA. **Revista Panorâmica online**, v. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1407>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WHO/OMS), 1946. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf. Acesso em: 15 de Outubro de 2022.

OSTI, Andréia.; TASSONI, Elvira Cristina Martins. Afetividade percebida e sentida: representações de alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 174, p. 204-220, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ntJcNdtkKZTDvhGGZzw7ZPz/?lang=pt>. Acesso em: 29 de Setembro de 2022.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento Físico e Cognitivo na Adolescência. In: PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**.

12ª ed, Porto Alegre: Artmed. 2013. p. 19-785. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=l6Y5AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=desenvolvimento+humano+papalia&ots=7CILmmKVn-&sig=HJhEU_Zb4oTjffYIIZzyPmjkEcE#v=onepage&q=desenvolvimento%20humano%20papalia&f=false. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte.; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 4, p. 1515-1529, out./dez. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/WmBG9DzdL4CPnT7VHxCmDkw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de Julho de 2022.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. A afetividade na relação educativa. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 403-412, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/yHSYRVgtXbrdFnBHw5BVsrC/?lang=pt>. Acesso em: 22 de Setembro de 2022.

ROSA, Lucelina Rosseti. Apontamentos sobre as categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 11, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10554>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

ROZEK, Marlene.; SERRA, Rodrigo Giacobbo. Dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais: reflexões sobre a necessidade de uma proposta de formação docente. **Educação Por Escrito**, v. 6, n. 1, p. 167-184, 2015. Disponível em:
https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8783/2/Dificuldades_de_aprendizagem_e_problemas_emocionais_reflexoes_sobre_a_necessidade_de_uma_proposta_de_formacao_docente.pdf. Acesso em: 12 de Outubro de 2022.

SÁ, Daniel Graça Fatori de et al. Fatores de risco para problemas de saúde mental na infância/adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, nº 4, p. 643-652, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/78wsJTFcrpKzwCPJCwQbs3H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de Julho de 2022.

SAHAGOFF, Ana Paula da Cunha. Metodologias Ativas: Um estudo sobre práticas pedagógicas. In: JÚNIOR, Jacks de Mello Andrade.; SOUZA, Liliane Pereira de.; SILVA, Neidi Liziane Copetti. **Metodologias ativas: práticas pedagógicas a contemporaneidade**. Campo Grande: Editora Inovar, 2019. p. 09-203. Disponível em:
https://educacao.riodasstras.rj.gov.br/maisedu/media/2022-06-07_livro_metodologias_ativas_pr%C3%A1ticas_pedag%C3%B3gicas_na_contemporaneidade.pdf. Acesso em: 07 de Outubro de 2022.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena.; AZNAR-FARIAS, Maria.; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, nº 2, p. 227-234, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de Julho de 2022.

SCHRAM, Sandra Cristina.; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O Pensar educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças.** 2015. Disponível em: <https://www.educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/04/O-PENSAR-EDUCA%C3%87%C3%83O-EM-PAULO-FREIRE.pdf>. Acesso em 01 de Dezembro de 2021.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WNtwLvWQRFbscbzCywV9wGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 de Julho de 2022.

SILVA, Deliane Rodrigues da. **A merenda escolar como política pública de combate a fome a insegurança alimentar na região administrativa de Samambaia.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17338/1/2016_DelianeRodriguesDasSilva_tcc.pdf. Acesso em: 27 de Setembro de 2022.

SILVA, Jaqueline Ferreira da et al. Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7L8GXG5ZSftXW54zWWXVmqc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2022.

SOUZA, Sonale Vasconcelos de.; MAIA, Doralice Sátyro. Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese. *In: MARAFON, Glaucio. José; COSTA, Eduardo Marques. Cidade e campo: olhares de Brasil e Portugal [online].* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, p. 07-305. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/t3q4b/pdf/marafon-9786587949055.pdf>. Acesso em: 12 de Agosto de 2022.

TEIXEIRA, Héliana Carla.; VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 1, n. 1, p. 76-88, 2014. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>. Acesso em: 23 de Outubro de 2022.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2018.v42n116/87-99>. Acesso em: 01 de Novembro de 2022.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

Prezado (a) estudante, o questionário de pesquisa a seguir tem como objetivo obter informações relacionadas ao cuidado em saúde mental que são ofertados na escola pública que você está inserido, além de buscar compreender, a partir da sua percepção, como é o espaço escolar no contexto rural e quais são os desafios e as possibilidades do cuidado em saúde mental que você, enquanto estudante encontra ou percebe na sua escola ou comunidade. A sua participação nessa pesquisa contribuirá na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Anadja Michelly dos Santos Souza, estudante do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação de Maria Lígia de Aquino Gouveia. Asseguramos o total sigilo das informações expressas nesse questionário. Agradecemos a sua participação!

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Resuma em três palavras como é o cotidiano ou a realidade da sua escola.

2. Sabendo que a temática principal desta pesquisa é "cuidado em saúde mental na escola rural", aponte três palavras que expressam o que é saúde mental para você.

3. Seguindo a mesma lógica das questões anteriores, aponte três palavras que, na sua visão, representam formas ou atividades de promoção ao cuidado em saúde mental que você encontra na sua escola.

4. Tendo pensado nas formas de cuidado em saúde mental existentes na sua escola, cite três palavras que refletem as dificuldades (se existirem) sentidas por você quanto ao acesso ao cuidado em saúde mental na sua escola.

5. Resuma em três palavras atividades que você desejaria que existissem na sua escola e que você entende como sendo formas de cuidado em saúde mental.

Grata pela colaboração!

ANEXO A – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado,

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: Percepção de estudantes sobre cuidados em saúde mental em uma escola pública rural, sob a responsabilidade de: Anadja Michelly dos Santos Souza e do orientador(a) Maria Lígia de Aquino Gouveia, de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

A pesquisa citada justifica-se a partir das contribuições no estudo do universo da escola e, especialmente, da escola inserida no contexto rural, vinculada a temática da saúde mental, e busca promover um olhar crítico para todos os atores (discentes, docentes e gestores) presentes no espaço escolar acerca da importância do cuidado em saúde mental. Por isso, esta pesquisa traz como objetivo principal analisar como estudantes de uma escola pública no contexto rural percebem as formas de cuidados em saúde mental disponibilizados na escola, de modo a perceber e entender tal realidade através da perspectiva dos estudantes presentes no referido espaço escolar. Para atingir tal objetivo, será aplicado um questionário aberto contendo questões relacionadas à problemática pesquisada, e para cada questão será necessário elencar três palavras que, na sua percepção, responderão a pergunta colocada. A partir dessas palavras, será realizado um recorte das palavras mais citadas em cada questão colocada, sendo criadas, posteriormente, algumas categorias que venham a abarcar aspectos importantes para o entendimento da problemática em questão. Tal proposta vem com o objetivo de apreender a sua percepção acerca da temática, ou seja, o que você entende por cuidados em saúde mental e como isso se mostra na sua realidade enquanto estudante de uma escola pública inserida no contexto rural. Apenas com a sua autorização realizaremos a coleta dos dados. Essa pesquisa não acarretará danos ou prejuízos físicos, emocionais, psicológicos e financeiros. Além disso, será assegurado o sigilo quanto a sua identidade e as respostas colocadas. Para evitar e/ou reduzir qualquer desconforto que possa surgir durante a pesquisa, os pesquisadores responsáveis estarão à disposição para auxiliar e orientar ao longo de todo processo, sendo buscadas as medidas necessárias para sanar dúvidas ou dificuldades que venham a surgir. A sua participação voluntária na pesquisa contribuirá para as pesquisas em torno da temática da escola, principalmente do espaço escolar no contexto rural, bem como da importância de se olhar para o cuidado a saúde mental de todos os indivíduos presentes no universo escolar.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

O participante terá assistência e acompanhamento durante o desenvolvimento da pesquisa de acordo com Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.).

De acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, é garantido ao participante o direito de indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, em caso de qualquer tipo de dano resultante da participação na pesquisa, sendo ressarcidas aos participantes as despesas e/ou os danos causados pela mesma.

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Maria Ligia de Aquino Gouveia através dos telefones (83) 98883-8900 ou através dos e-mails: ligiagouveia@servidor.uepb.edu.br, ou do endereço: Rua Emiliano Rosendo da Silva; Nº 75 – Ap B 203; Bairro Novo Bodocongó – Campina Grande/PB; CEP: 58000000. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone (83) 3315 3373, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa “PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL” e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu _____ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Distrito Pontina, Ingá/PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: Percepção de estudantes sobre cuidados em saúde mental em uma escola pública rural, sob a responsabilidade de: Anadja Michelly dos Santos Souza e do orientador Maria Lígia de Aquino Gouveia, de forma totalmente voluntária.

A pesquisa citada justifica-se a partir das contribuições no estudo do universo da escola e, especialmente, da escola inserida no contexto rural, vinculada a temática da saúde mental, e busca promover um olhar crítico para todos os atores (discentes, docentes e gestores) presentes no espaço escolar acerca da importância do cuidado em saúde mental. Por isso, esta pesquisa traz como objetivo principal analisar como estudantes de uma escola pública no contexto rural percebem as formas de cuidados em saúde mental disponibilizados na escola.

Para realizar essa pesquisa será aplicado um questionário aberto com estudantes de uma escola pública do contexto rural da cidade de Ingá – PB. Nesse questionário irá conter questões relacionadas à problemática pesquisada, e para cada questão será necessário elencar três palavras que, na sua percepção enquanto estudante, responderão a pergunta colocada. A partir dessas palavras, será realizado um recorte das palavras mais citadas em cada questão colocada, sendo criadas, posteriormente, algumas categorias que venham a abarcar aspectos importantes para o entendimento da problemática pesquisada. Tal proposta vem com o objetivo de apreender a sua percepção acerca da temática, ou seja, o que você entende por cuidados em saúde mental, quais são os cuidados ofertados no espaço escolar que você faz parte ou como isso se mostra na sua realidade enquanto estudante de uma escola pública inserida no contexto rural. Apenas com sua autorização realizaremos a aplicação da pesquisa.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar o Termo de Consentimento.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O participante terá assistência e acompanhamento durante o desenvolvimento da pesquisa de acordo com Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde

O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Essa pesquisa não acarretará danos ou prejuízos físicos, emocionais, psicológicos e financeiros. Além disso, será assegurado o sigilo quanto a sua identidade e as respostas colocadas. Para evitar e/ou reduzir qualquer desconforto que possa surgir durante a pesquisa, os pesquisadores responsáveis estarão à disposição para auxiliar e orientar ao longo de todo processo, sendo buscadas as medidas necessárias para sanar dúvidas ou dificuldades que venham a surgir.

De acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, é garantido ao participante o direito de indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, em caso de qualquer tipo de dano resultante da participação na pesquisa,

sendo ressarcidas aos participantes as despesas e/ou os danos causados pela mesma.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto, antes, durante e após a finalização do estudo. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada, sendo que seu nome ou o material que indique sua participação será mantido em sigilo. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Este termo foi elaborado em conformidade com o Art. 228 da Constituição Federal de 1988; Artigos. 2º e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente; e Art. 27 do Código Penal Brasileiro; sem prejuízo dos Artigos. 3º, 4º e 5º do Código Civil Brasileiro.

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Maria Lígia de Aquino Gouveia, através dos telefones (83) 98883-8900 ou através dos e-mails: ligiagouveia@servidor.uepb.edu.br, ou do endereço: Rua Emiliano Rosendo da Silva; Nº 75 – Ap B 203; Bairro Novo Bodocongó – Campina Grande/PB; CEP: 58000000. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone (83) 3315 3373, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade (se já tiver documento) _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações junto ao pesquisador responsável. Estou ciente que o meu responsável poderá modificar a decisão da minha participação na pesquisa, se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Distrito Pontina, Ingá/PB, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE
(Utilizado para os responsáveis dos menores ou legalmente incapazes)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos autorizo a participação de _____ de _____ anos na Pesquisa “PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL”.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA RURAL” tem como objetivo geral analisar como estudantes de uma escola pública no contexto rural percebem as formas de cuidados em saúde mental disponibilizados na escola.

Ao responsável legal pelo (a) menor de idade ou legalmente incapaz só caberá a autorização para que este participe do seguinte procedimento: Responder a um questionário aberto contendo questões relacionadas à temática pesquisada, ou seja, quais são os cuidados em saúde mental ofertados na escola pública de contexto rural e como os estudantes vêem tal realidade escolar. Para responder o questionário, os estudantes deverão elencar três palavras que responderão cada pergunta colocada.

Essa pesquisa não acarretará danos ou prejuízos físicos, emocionais, psicológicos e financeiros. Além disso, será assegurado o sigilo quanto à identidade do voluntário e das respostas por ele colocadas. Para evitar e/ou reduzir qualquer desconforto que possa surgir durante a pesquisa, os pesquisadores responsáveis estarão à disposição para auxiliar e orientar ao longo de todo processo, sendo buscadas as medidas necessárias para sanar dúvidas ou dificuldades que venham a aparecer.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O Responsável legal do menor ou legalmente incapaz, participante da pesquisa poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

De acordo com a resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, é garantido ao participante o direito de indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, em caso de qualquer tipo de dano resultante da participação na pesquisa, sendo ressarcidas aos participantes as despesas e/ou os danos causados pela mesma.


Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com Maria Lígia de Aquino Gouveia através dos telefones (83) 98883-8900 ou através dos e-mails: ligiagouveia@servidor.uepb.edu.br, ou do endereço: Rua Emiliano Rosendo da Silva; Nº 75 – Ap B 203; Bairro Novo Bodocongo – Campina

Grande/PB; CEP: 58000000. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone (83) 3315 3373, e-mail: cep@setor.uepb.edu.br.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável



Assinatura do responsável legal pelo menor ou pelo legalmente incapaz

Assinatura do menor de idade ou do legalmente incapaz
